



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1014113-34.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Jorge Carlos Senapeschi e outro**
 Requerido: **Carlos Senapeschi**

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação de caráter voluntário em que os autores, Jorge Carlos Senapeschi e Sandra Aparecida Senapeschi Meirelles de Castro, solicitam expedição de alvará para levantamento de valores referentes ao PIS/PASEP de Carlos Senapschi, pai dos requerentes e falecido em 27/03/2000 conforme certidão de óbito de fls. 09.

2 Recebo a emenda à petição inicial.

3 Defiro aos requerente os benefícios da assistência judiciária gratuita. **Anote-se.**

4 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, prevê que serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

5 No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a previdência social e os autores comprovaram ser os únicos herdeiros do falecido.

6 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a expedição de alvará em nome dos requerentes, para que esta procedam junto aos órgãos competentes o levantamento dos valores de PIS/PASEP não recebidos em vida por Carlos Senapeschi.

7 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

8 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.

9 Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

10 P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 28 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**